



***Status* de completude de contracheques no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ**

Maio/2024

Terceiro relatório analítico sobre a completude dos contracheques de membros do Judiciário, a partir de dados coletados pelo DadosJusBr no âmbito do acordo de cooperação entre a Transparência Brasil e o Conselho Nacional de Justiça.



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).



FICHA TÉCNICA

maio/2024

DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

SUPERVISÃO E EDIÇÃO

Juliana Sakai
Cristiano Pavini

PESQUISA E REDAÇÃO

Raul Durlo

REVISÃO

Talita Lôbo
Joellen Silva

FINANCIAMENTO



Sumário

Histórico do DadosJusBr.....	4
Metodologia.....	5
Completude: presença de contracheque detalhado.....	5
Disponibilidade: a publicidade dos dados na data adequada.....	5
Completude dos dados de remuneração.....	8
Órgãos superiores.....	8
Conselhos de Justiça.....	9
Tribunais de Justiça Militar.....	11
Tribunais Regionais Federais.....	12
Tribunais Regionais do Trabalho.....	13
Tribunais de Justiça estaduais e DFT.....	17
Tribunais da Justiça Eleitoral.....	20
Conclusão.....	25
Recomendações.....	27

Histórico do DadosJusBr

O DadosJusBr é realizado pela Transparência Brasil (TB), organização brasileira que há 24 anos atua no combate à corrupção, fomento ao controle social e aprimoramento de políticas públicas. O projeto iniciou as atividades em 2019, concebido conjuntamente pela TB, Instituto Federal de Alagoas e Universidade Federal de Campina Grande, objetivando a ampliação do controle social sobre os contracheques do sistema de Justiça. Foi desenvolvida uma plataforma de consulta pública das remunerações dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público, alimentada por robôs que realizam a coleta, sistematização, padronização e divulgação de dados.

No âmbito do Judiciário, as informações do DadosJusBr são coletadas do [Painel de Remuneração dos Magistrados](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recebe e disponibiliza os contracheques enviados pelos órgãos, em cumprimento à [Resolução nº 215/2015](#) e [Portaria 63/2017](#).

Em maio de 2021, a Transparência Brasil assinou o [Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021](#) com o CNJ, estabelecendo uma parceria visando “maior acurácia na transparência e análise das prestações de contas do sistema remuneratório do Poder Judiciário”.

As principais ações realizadas pela Transparência Brasil decorrentes dessa cooperação foram:

- março/22: publicação do [Relatório de Transparência dos Tribunais de Justiça dos Estados](#), que ensejou medidas do CNJ para que os órgãos estaduais ampliassem a completude dos dados do Painel de Remunerações;
- dezembro/22: apresentação ao CNJ do [primeiro relatório de completude](#) do Painel de Remunerações;
- abril/23: assinatura do [1º termo aditivo](#) ao acordo de cooperação;
- junho/23: apresentação ao CNJ do [segundo relatório de completude](#);

- outubro/23: realização de audiência com o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para atualização das medidas adotadas pelo CNJ;
- abril/24: realização de reunião com a chefia de gabinete do ministro Guilherme Caputo Bastos para apresentação do DadosJusBr e dos principais resultados do acordo de cooperação.

Metodologia

A análise do status do Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ é realizada para cada órgão, ano e mês, considerando os níveis de completude e disponibilidade.

Completude: presença de contracheque detalhado

Foram analisados os contracheques publicados por 92 órgãos¹ relativos aos meses de janeiro de 2018 a fevereiro de 2024, totalizando 6.808 observações².

Um contracheque é considerado ausente em determinado mês quando o tribunal não prestou qualquer informação ou quando o fez parcialmente, com apresentação sumarizada do total de gastos³ ou de vencimentos incompletos, que não continham dados necessários sobre todos os seus membros.

Disponibilidade: a publicidade dos dados na data adequada

Segundo a Portaria CNJ 63/2017, os órgãos devem enviar ao Conselho cópia dos contracheques, em formato padronizado, até cinco dias após o pagamento a seus membros. O CNJ realiza o processamento dos dados e disponibiliza-os no Painel de Remuneração.

¹ Os robôs coletam dados de todos os órgãos, com exceção do TRF-6, instituído há 19 meses, cujos dados passaram a ser disponibilizados no Painel de Remuneração há menos de um ano.

² Cada observação refere-se aos contracheques de um órgão no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ em um determinado mês. Dezembro de 2023, por exemplo, resultou em 93 observações (uma para cada órgão). Exemplo de observação: TJ-TO / março / 2022.

³ A apresentação sumarizada ocorre quando o órgão disponibiliza apenas a somatória agregada dos contracheques, sem o detalhamento por membro.

Os coletores do DadosJusBr são programados para uma rotina automatizada de download⁴ do Painel de Remuneração, buscando novos dados todo dia 1 do mês corrente, considerando uma defasagem de dois meses. No dia 1 de abril de 2024, por exemplo, foram coletados dados relativos ao mês de fevereiro do mesmo ano.

Os dados faltantes na coleta do primeiro dia do mês são buscados novamente no dia 16 do mesmo mês e, caso continuem ausentes, uma nova consulta será feita mensalmente, até que se constate a divulgação do dado pelo órgão e a coleta seja realizada.

Essa rotina de monitoramento gera metadados⁵, permitindo uma análise do histórico de coletas do nível de atualização do Painel de Remuneração ao longo dos meses. O DadosJusBr também realiza uma análise de sanidade⁶, verificando a integridade das informações.

Os dados deste relatório foram coletados pelo DadosJusBr do Painel de Remuneração do CNJ entre 16 de março e 01 de abril de 2024. Para as análises, foram adotadas as seguintes classificações:

- **Publicação na primeira coleta:** contracheques coletados retroativamente pelo DadosJusBr quando o conjunto de órgãos passou a ser monitorado;
- **Publicação na data esperada:** contracheques publicados e coletados tempestivamente, na rotina mensal de downloads;
- **Publicação fora da data esperada:** contracheques que foram disponibilizados no Painel de Remuneração cinco ou mais meses após a data esperada. Por exemplo: remunerações de janeiro de um órgão,

⁴ Metodologia disponível em: <https://github.com/dadosjusbr/coletor-cnj>

⁵ Os metadados das coletas armazenam todas as informações relevantes sobre uma coleta ou a sua tentativa. Com eles é possível saber quando ocorreu cada coleta de um determinado órgão/ano/mês. Também é possível saber o tempo de duração de uma coleta específica e verificar resultados granulares dos atributos que compõem o [índice de transparência](#) elaborado pelo DadosJusBr. Os metadados armazenam as falhas das tentativas de coleta, indicando se a falha se deu por indisponibilidade do dado no painel do CNJ (órgão não prestou contas) ou se houve erro interno.

⁶ Metodologia disponível em: <https://github.com/dadosjusbr/parser-cnj>

publicadas apenas depois de julho.

- **Não prestou conta:** órgão não publicou contracheques naquele mês ou disponibilizou de forma incompleta.

Os primeiros metadados de coletas registrados pelo DadosJusBr foram relativos aos Tribunais de Justiça Estaduais e DFT entre os meses de dezembro de 2021. E a inclusão de novos órgãos foi ocorrendo progressivamente, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Início das coletas do DadosJusBr para cada conjunto de órgãos

Órgãos	Início da coleta⁷
Tribunais de Justiça Estaduais e DFT	dezembro/2021
Tribunais Regionais Federais	agosto/2022
Tribunais Regionais do Trabalho	dezembro/2022
Tribunais de Justiça Militar	outubro/2022
Tribunais de Justiça Eleitoral	janeiro/2023
Conselhos de Justiça	janeiro/2023
Órgãos Superiores	janeiro/2023

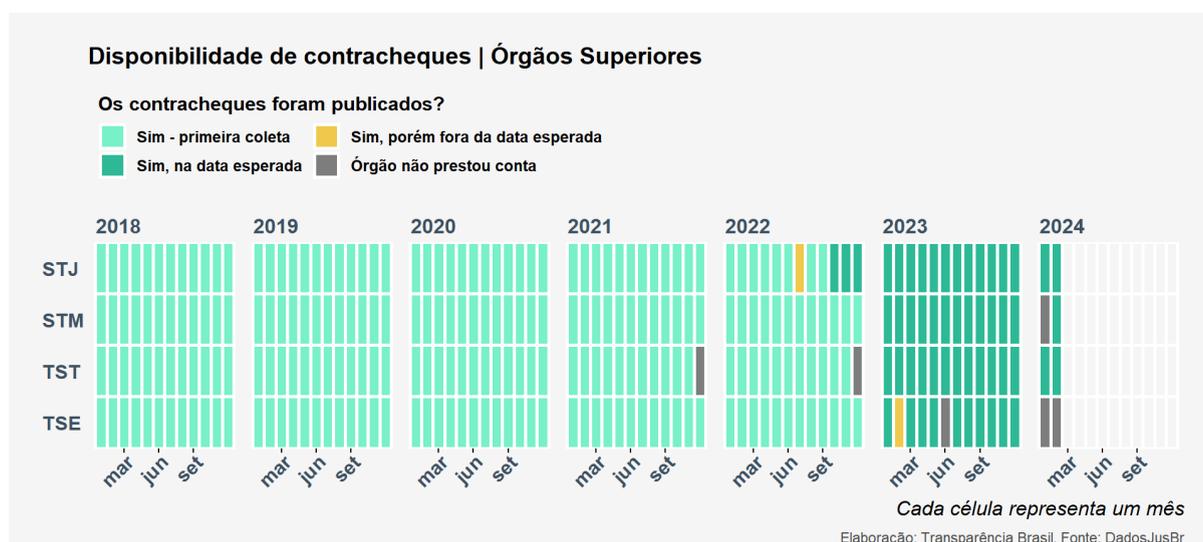
⁷ Considerando a data em que foram produzidos metadados das coletas, permitindo o seu monitoramento histórico. Nos TRTs e órgãos superiores, considerados os meses em que a coleta abrangeu todos os órgãos.

Completude dos dados de remuneração

Órgãos superiores

O grupo de Órgãos Superiores é composto por Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM). No gráfico a seguir, cada célula representa um mês de 2018 a 2024, classificado pela presença ou ausência de dados dos contracheques no Painel de Remuneração do CNJ.

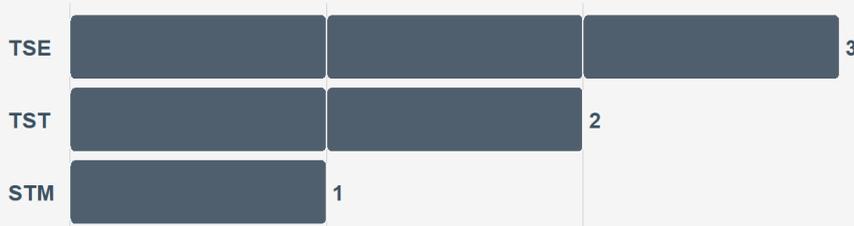
Os dados dos Órgãos Superiores começaram a ser coletados pelo DadosJusBr a partir de setembro de 2022 (STJ), e ampliados em janeiro do ano seguinte (STM, TST e TSE).



O gráfico a seguir apresenta a quantidade de meses faltantes por órgão. A tabela subsequente detalha em quais meses e ano o órgão deixou de prestar contas.

Meses faltantes | Órgãos Superiores

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Meses faltantes

Elaboração: Transparência Brasil
Fonte: DadosJusBr

Tabela 1: Relação de meses faltantes por órgão | Órgãos Superiores

TSE		
2023	1	junho
2024	2	janeiro, fevereiro
TST		
2021	1	dezembro
2022	1	dezembro
STM		
2024	1	janeiro

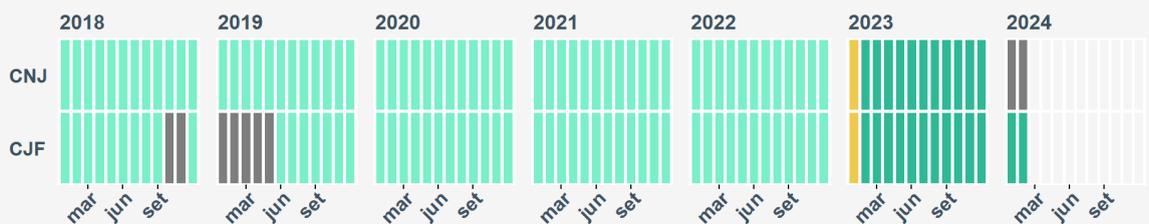
Conselhos de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal foram incluídos nas coletas do DadosJusBr a partir de dezembro de 2022.

Disponibilidade de contracheques | Conselhos de Justiça

Os contracheques foram publicados?

- Sim - primeira coleta
- Sim, porém fora da data esperada
- Sim, na data esperada
- Órgão não prestou conta

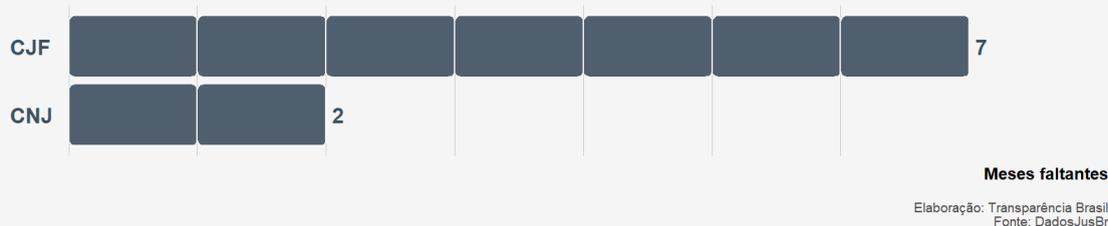


Cada célula representa um mês

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Meses faltantes | Conselhos de Justiça

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Elaboração: Transparência Brasil
Fonte: DadosJusBr

O Conselho de Justiça Federal não apresenta dados de dois meses de 2018 e cinco meses de 2019. Já o Conselho Nacional de Justiça, na última coleta realizada pelo DadosJusBr para a elaboração deste relatório, não havia publicado as remunerações do primeiro bimestre. Essa defasagem pode ocorrer por problemas pontuais e, conforme informado na seção Metodologia, não será computada como atraso se for resolvida em até cinco meses da data prevista.

Tabela 2: Relação de meses faltantes por órgão | Conselhos de Justiça

CJF		
2018	2	outubro, novembro
2019	5	janeiro, fevereiro, março, abril, maio
CNJ		
2024	2	janeiro, fevereiro

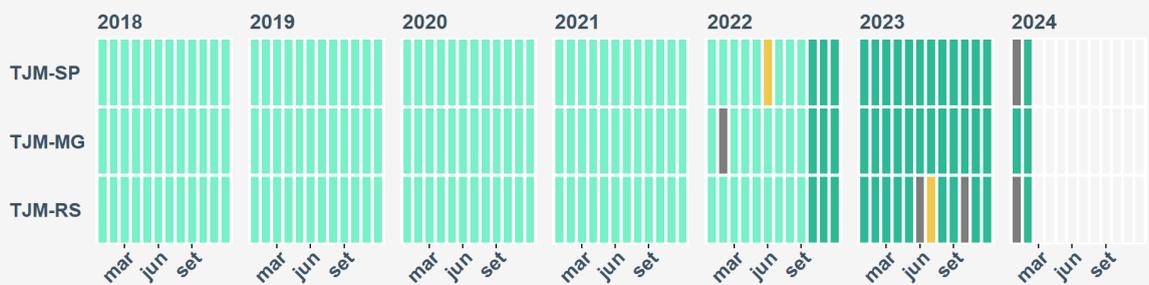
Tribunais de Justiça Militar

Os tribunais de Justiça Militar (TJM) passaram a fazer parte das coletas do DadosJusBr a partir de setembro de 2022. O TJM do Rio Grande do Sul não submeteu os contracheques ao CNJ em dois meses e os TJMs de São Paulo e de Minas Gerais deixaram de apresentar um mês cada.

Disponibilidade de contracheques | Tribunais de Justiça Militar

Os contracheques foram publicados?

- Sim - primeira coleta
- Sim, porém fora da data esperada
- Sim, na data esperada
- Órgão não prestou conta

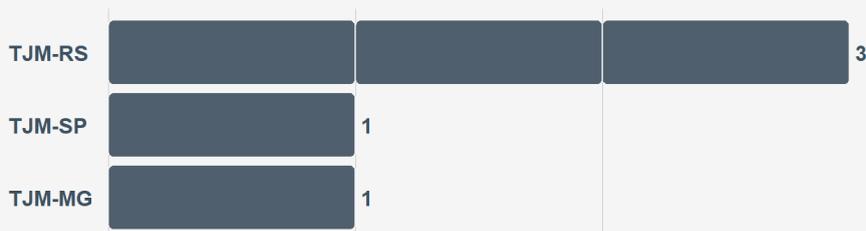


Cada célula representa um mês

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Meses faltantes | Tribunais de Justiça Militar

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Meses faltantes

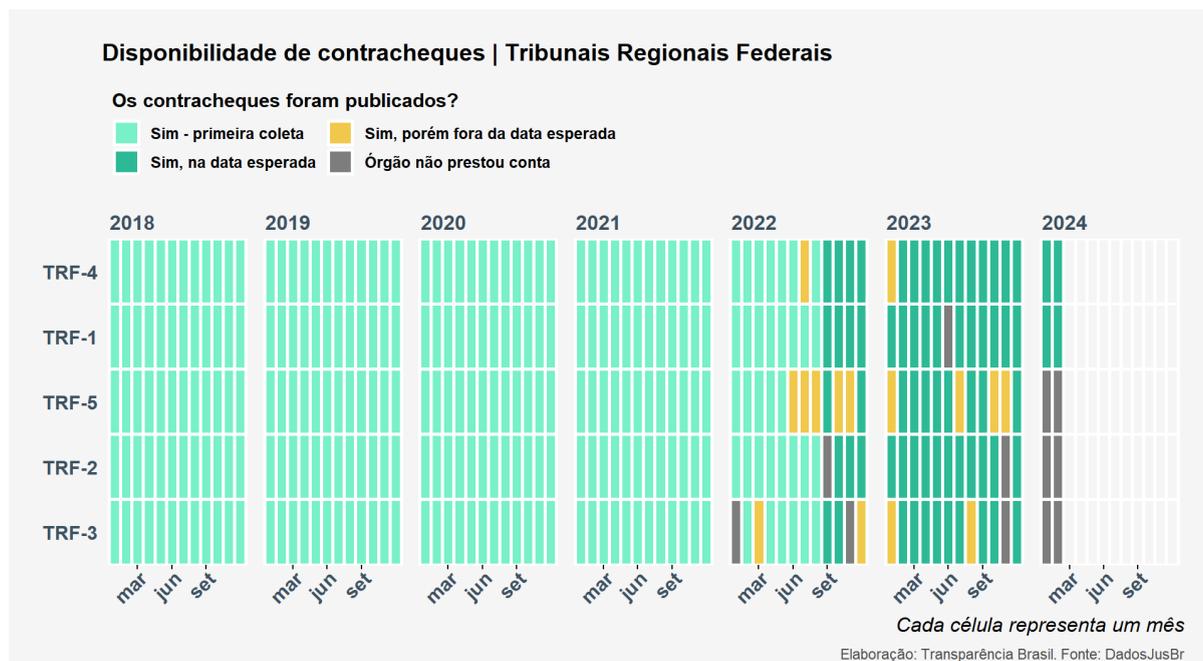
Elaboração: Transparência Brasil
Fonte: DadosJusBr

Tabela 3: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Militar

TJM-RS		
2023	2	junho, outubro
2024	1	janeiro
TJM-MG		
2022	1	fevereiro
TJM-SP		
2024	1	janeiro

Tribunais Regionais Federais

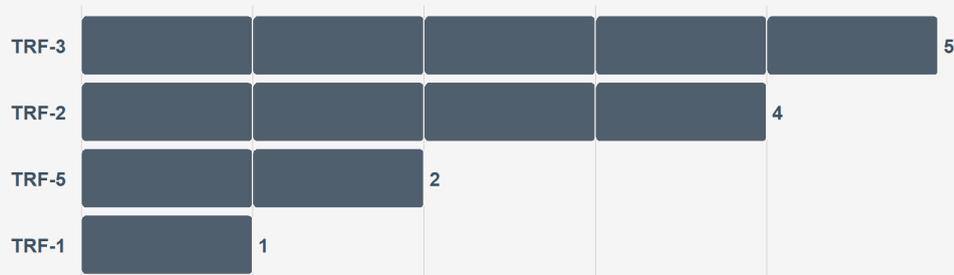
O DadosJusBr iniciou a coleta de dados dos Tribunais Regionais Federais em agosto de 2022. Apenas o TRF-4 publicou os contracheques em todos os meses desde então.



O Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que atende às demandas de Minas Gerais (antes atribuídas ao TRF-1), foi instalado em agosto de 2022. Os contracheques de seus membros passaram a ser publicizados no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ há menos de um ano, após a Transparência Brasil apontar o problema em seu segundo relatório de completude da plataforma, encaminhado ao Colegiado em junho de 2023. Com a inclusão, o DadosJusBr está desenvolvendo um robô coletor para obter os dados. Esse órgão não foi considerado para o universo do presente relatório.

Meses faltantes | Tribunais Regionais Federais

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Meses faltantes

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Tabela 4: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais Regionais Federais

TRF-3		
2022	2	janeiro, novembro
2023	1	novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRF-2		
2022	1	setembro
2023	1	novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRF-5		
2024	2	janeiro, fevereiro
TRF-1		
2023	1	junho

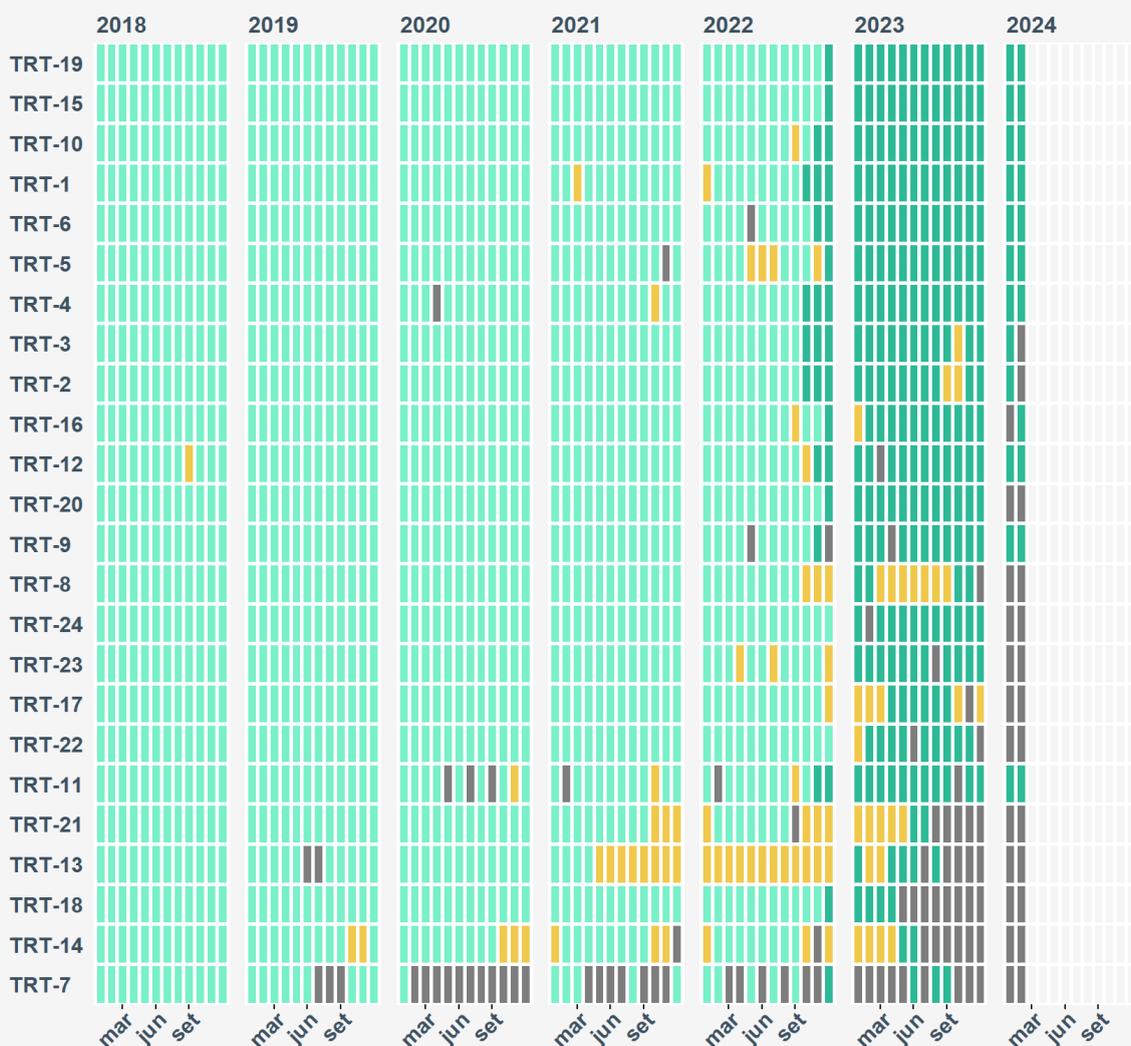
Tribunais Regionais do Trabalho

Em setembro de 2022 foram incluídos no DadosJusBR os Tribunais Regionais do Trabalho da 1º até a 4º região. No mês seguinte ingressaram os Tribunais da 5º até a 13º região. Em novembro, os coletores passaram a abranger da 14º à 21º região e em dezembro as demais regiões foram incluídas (da 22º até a 24º).

Disponibilidade de contracheques | Tribunais Regionais do Trabalho

Os contracheques foram publicados?

- Sim - primeira coleta
- Sim, porém fora da data esperada
- Sim, na data esperada
- Órgão não prestou conta



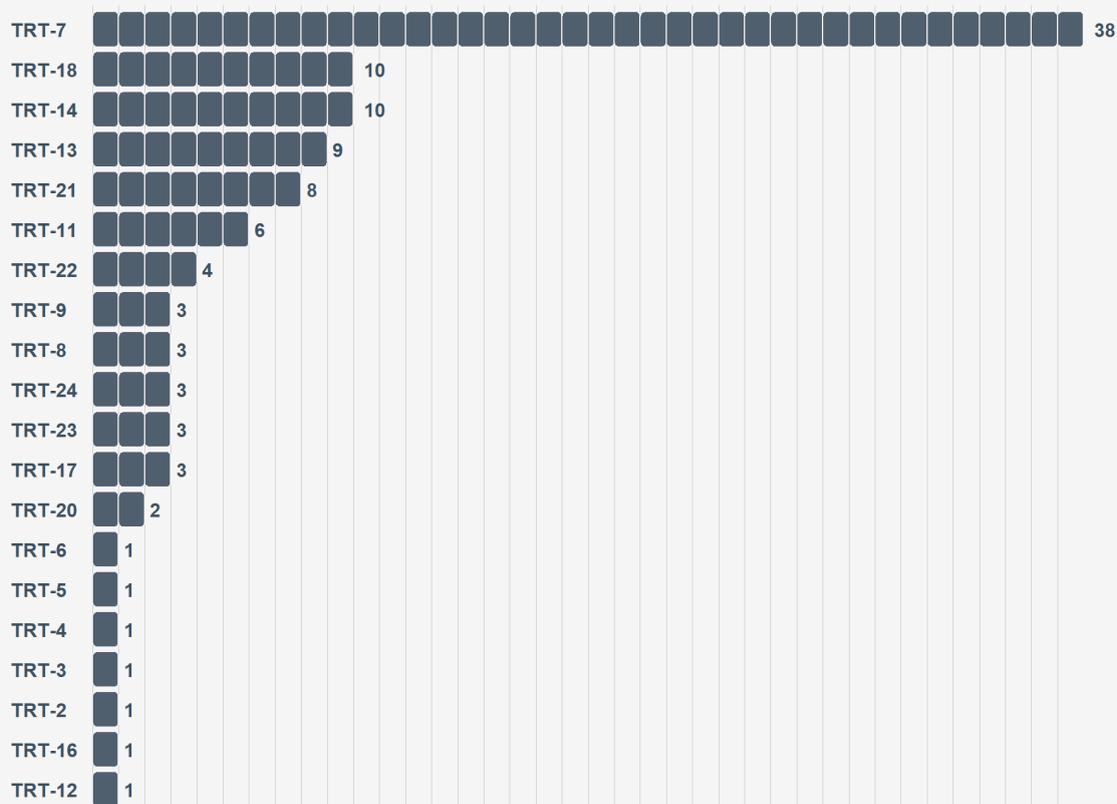
Cada célula representa um mês

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Foram detectadas 87 ocasiões em que os TRTs apresentaram contracheques com, no mínimo, cinco meses de atraso. Além disso, há 109 meses de remunerações ausentes, com destaque negativo para o TRT-7.

Meses faltantes | Tribunais Regionais do Trabalho

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Meses faltantes

Elaboração: Transparência Brasil
Fonte: DadosJusBr

Tabela 5: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais Regionais do Trabalho

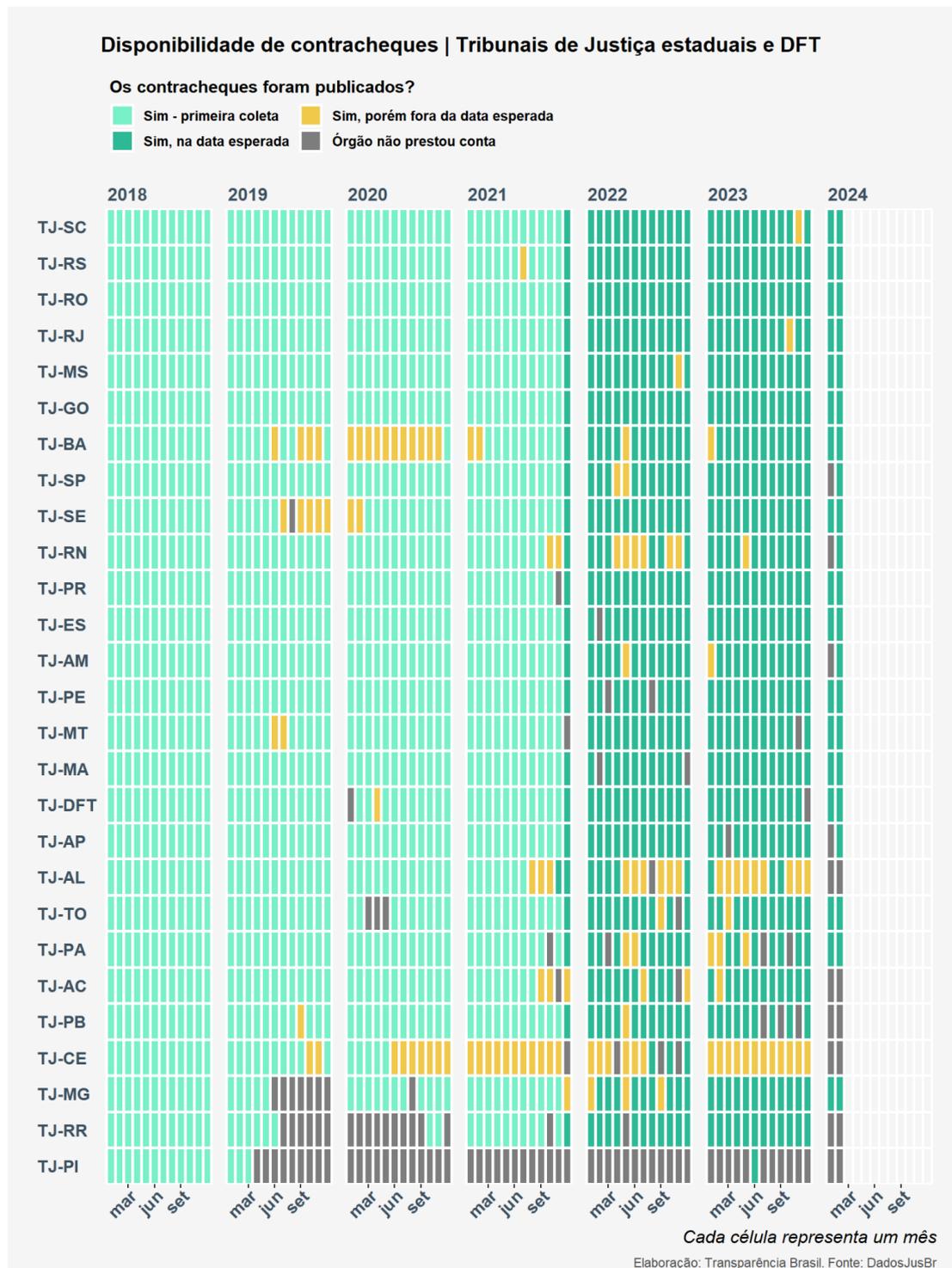
TRT-7		
2019	3	julho, agosto, setembro
2020	11	fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2021	7	abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro
2022	6	março, abril, junho, agosto, outubro, novembro
2023	9	janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-14		
2021	1	dezembro
2022	1	novembro
2023	6	julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-18		
2023	8	maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro

Tabela 5: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais Regionais do Trabalho

TRT-13		
2019	2	junho, julho
2023	5	julho, setembro, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-21		
2022	1	setembro
2023	5	agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-11		
2020	3	maio, julho, setembro
2021	1	fevereiro
2022	1	fevereiro
2023	1	outubro
TRT-22		
2023	2	junho, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-17		
2023	1	novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-23		
2023	1	agosto
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-24		
2023	1	fevereiro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-8		
2023	1	dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-9		
2022	2	maio, dezembro
2023	1	abril
TRT-20		
2024	2	janeiro, fevereiro
TRT-12		
2023	1	março
TRT-16		
2024	1	janeiro
TRT-2		
2024	1	fevereiro
TRT-3		
2024	1	fevereiro
TRT-4		
2020	1	abril
TRT-5		
2021	1	novembro
TRT-6		
2022	1	maio

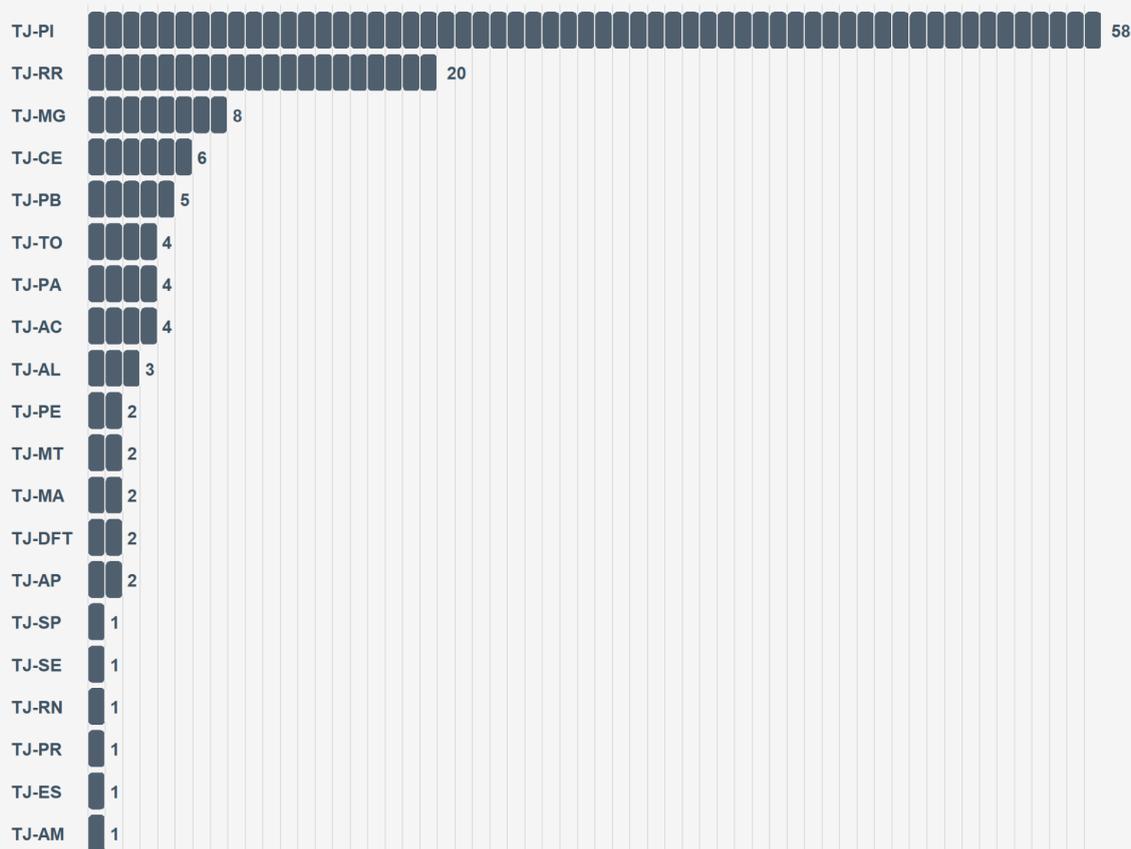
Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Os Tribunais de Justiça estaduais e DFT foram os primeiros a serem coletados e com metadados gerados pelo DadosJusBr, com a inclusão de todos na base de dados em dezembro de 2021.



Meses faltantes | Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Quantidade de meses em que o órgão não apresentou contracheques no Painel de Remunerações do CNJ



Meses faltantes

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

O TJ-PI se destaca negativamente como o tribunal estadual com a menor transparência na publicação de contracheques, somando 58 meses sem dados publicados. Desde março de 2019, o painel de Remuneração do CNJ só disponibilizou a remuneração completa do órgão em um mês. Nos demais, os dados são sumarizados, sem identificação nominal do membro, razão pela qual é classificado como ausente.

A incidência da Transparência Brasil, no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021 com o CNJ, foi determinante para a publicação da maior parte dos 121 meses inicialmente ausentes no universo dos tribunais estaduais e disponibilizados com atraso. Um exemplo significativo é o do TJ-CE, que

alimentou o Painel de Remuneração com dados de 39 meses após ser cientificado, via Ouvidoria, da incompletude de seus contracheques.

Tabela 6: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Estaduais e DFT

TJ-PI		
2019	9	abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2020	12	Todos os meses
2021	12	Todos os meses
2022	12	Todos os meses
2023	11	janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-RR		
2019	6	julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2020	10	janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, dezembro
2021	1	outubro
2022	1	maio
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-MG		
2019	7	junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro
2020	1	agosto
TJ-CE		
2021	1	dezembro
2022	3	abril, setembro, novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-PB		
2023	3	julho, setembro, novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-AC		
2021	1	novembro
2022	1	novembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-PA		
2021	1	outubro
2022	1	março
2023	2	julho, outubro
TJ-TO		
2020	3	março, abril, maio
2022	1	novembro
TJ-AL		
2022	1	agosto
2024	2	janeiro, fevereiro
TJ-AP		
2023	1	março
2024	1	janeiro
TJ-DFT		
2020	1	janeiro
2023	1	dezembro
TJ-MA		
2022	2	fevereiro, dezembro
TJ-MT		

Tabela 6: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Estaduais e DFT

2021	1	dezembro
2023	1	novembro
TJ-PE		
2022	2	março, agosto
TJ-AM		
2024	1	janeiro
TJ-ES		
2022	1	fevereiro
TJ-PR		
2021	1	novembro
TJ-RN		
2024	1	janeiro
TJ-SE		
2019	1	agosto
TJ-SP		
2024	1	janeiro

Tribunais da Justiça Eleitoral

O DadosJusBr iniciou a coleta dos Tribunais Eleitorais em janeiro de 2023. Foram constatados 232 meses ausentes, resultando em uma taxa de incompletude de 11% , a maior entre os tribunais.

Os destaques negativos são TRE-PE e o TRE-RS, com respectivamente 57 e 54 meses não publicados. Ambos não atualizam remunerações de forma completa, com identificação nominal, desde o primeiro semestre de 2019, com exceção dos meses de abril e maio de 2020 para o TRE-RS e dezembro de 2023 para o TRE-PE. O TRE-CE aparece em seguida com 27 meses ausentes e sem publicar informações completas desde novembro de 2022.

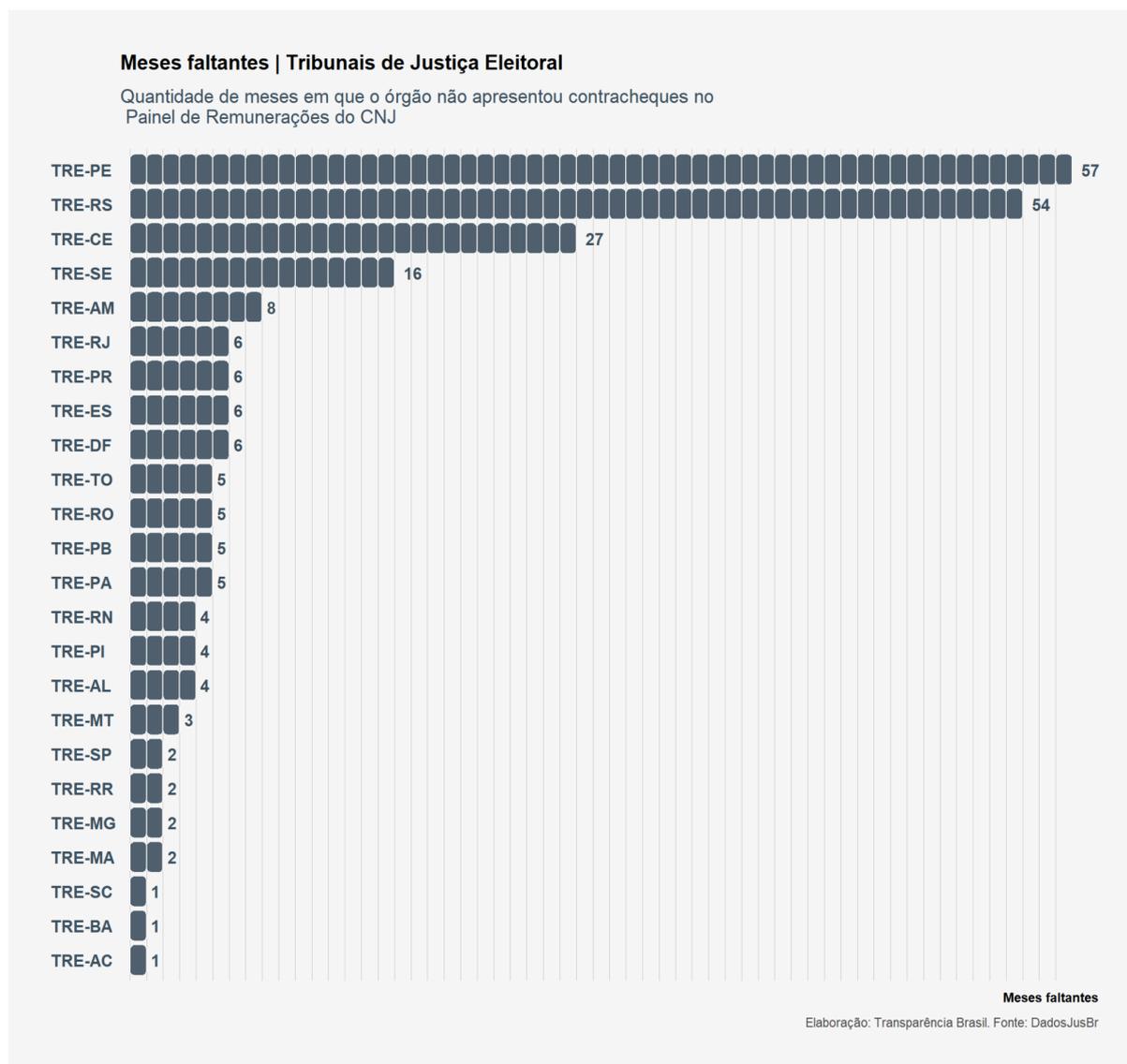


Tabela 7: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Eleitoral

TRE-PE		
2019	8	maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro

Tabela 7: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Eleitoral

2020	12	<i>Todos os meses</i>
2021	12	<i>Todos os meses</i>
2022	12	<i>Todos os meses</i>
2023	11	<i>janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-RS		
2019	7	<i>junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro</i>
2020	10	<i>janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro</i>
2021	11	<i>janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro</i>
2022	12	<i>Todos os meses</i>
2023	12	<i>Todos os meses</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-CE		
2020	2	<i>setembro, dezembro</i>
2021	8	<i>janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, agosto, novembro, dezembro</i>
2022	3	<i>abril, maio, dezembro</i>
2023	12	<i>Todos os meses</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-SE		
2019	6	<i>junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro</i>
2020	4	<i>janeiro, fevereiro, abril, novembro</i>
2021	1	<i>fevereiro</i>
2022	1	<i>abril</i>
2023	3	<i>janeiro, abril, outubro</i>
2024	1	<i>janeiro</i>
TRE-AM		
2020	1	<i>janeiro</i>
2021	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
2023	3	<i>janeiro, março, maio</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-DF		
2022	2	<i>fevereiro, março</i>
2023	2	<i>abril, dezembro</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-ES		
2018	1	<i>janeiro</i>
2022	2	<i>maio, agosto</i>
2023	1	<i>março</i>
2024	2	<i>janeiro, fevereiro</i>
TRE-PR		
2022	4	<i>março, abril, maio, julho</i>
2023	2	<i>abril, outubro</i>
TRE-RJ		
2018	1	<i>janeiro</i>
2019	1	<i>janeiro</i>
2021	1	<i>novembro</i>
2022	2	<i>fevereiro, novembro</i>
2023	1	<i>abril</i>
TRE-PA		
2020	1	<i>janeiro</i>

Tabela 7: Relação de meses faltantes por órgão | Tribunais de Justiça Eleitoral

2021	1	janeiro
2022	1	janeiro
2023	1	janeiro
2024	1	janeiro
TRE-PB		
2021	1	outubro
2022	2	março, julho
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-RO		
2018	1	janeiro
2019	1	janeiro
2020	1	janeiro
2021	1	novembro
2024	1	janeiro
TRE-TO		
2022	1	novembro
2023	2	junho, dezembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-AL		
2021	1	novembro
2022	1	janeiro
2023	2	junho, outubro
TRE-PI		
2023	2	junho, julho
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-RN		
2022	1	abril
2023	1	setembro
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-MT		
2022	2	janeiro, julho
2023	1	dezembro
TRE-MA		
2022	1	agosto
2023	1	agosto
TRE-MG		
2019	1	junho
2022	1	abril
TRE-RR		
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-SP		
2024	2	janeiro, fevereiro
TRE-AC		
2024	1	janeiro
TRE-BA		
2024	1	janeiro
TRE-SC		
2024	1	janeiro

Conclusão

Considerando o período de janeiro de 2018 a fevereiro de 2024⁸, o Painel de Remuneração dos Magistrados engloba um universo de 6.808 meses, em que cada mês representa as remunerações dos membros de um órgão. Eles estão assim classificados:

Tabela 8: Distribuição dos meses para cada grupo de órgãos, por classificação de completude:

Grupo	Classificação de completude (por meses)			
	Coletado na data esperada	Coleta fora da data esperada	Órgão não prestou contas	Dados retroativos da primeira coleta do DadosJusBr
Conselhos de Justiça	24	2	9	113
Órgãos Superiores	54	2	6	234
Tribunais Eleitorais	266	43	232	1457
Tribunais estaduais e DFT	602	121	128	1147
Tribunais Militares	46	2	5	169
TRTs	269	87	109	1311
TRFs	69	15	12	274
Total geral	1.330	272	501	4.705

Há dados disponíveis relativos a 6.307 meses, representando uma taxa de completude de 92,6% do Painel de Remuneração dos Magistrados em relação ao seu universo de abrangência. Em 501 meses (7,4%), os dados estão ausentes ou incompletos, relativos a 76 órgãos.

⁸ O TRF-6 iniciou as atividades em agosto de 2022, mas há menos de um ano passou a divulgar os dados no Painel de Remuneração do CNJ. Ele não foi considerado para o universo de análise.

Tabela 9: Taxa de completude de cada grupo de órgãos, considerando o total de meses do universo de cada agrupamento e a divulgação ou não de dados completos.

<i>Grupo</i>	Completude	Incompletude
Conselhos de Justiça	93,9%	6,1%
Órgãos Superiores	98,0%	2,0%
Tribunais Eleitorais	88,4%	11,6%
Tribunais estaduais e DFT	93,6%	6,4%
Tribunais Militares	97,7%	2,3%
TRTs	93,9%	6,1%
TRFs	96,8%	3,2%
Total geral	92,6%	7,4%

Tabela 10: Órgãos com mais de 15 meses de dados completos ausentes:

Órgãos	Meses
TJ-PI	58
TRE-PE	57
TRE-RS	54
TRT-7	38
TRE-CE	27
TJ-RR	20
TRE-SE	16

Destaca-se, ainda, que em 272 meses os contracheques foram publicados após um atraso superior a cinco meses, relativos a 58 órgãos. Essa atualização é fruto, em grande medida, das ações realizadas pela Transparência Brasil e CNJ no âmbito do acordo de cooperação técnica, resultando na maior completude do Painel de Remuneração dos Magistrados.

Recomendações

Considerando os resultados deste relatório, o contexto de contribuições realizadas pela Transparência Brasil no decorrer do acordo de cooperação e o papel essencial que o CNJ desempenha para a ampliação do controle social sobre esse aspecto do Judiciário, recomendamos que o Colegiado:

- adote as medidas cabíveis para que todos os órgãos com ao menos um mês ausente no Painel de Remuneração regularizem a divulgação de seus contracheques, com atenção especial para aqueles com recorrente histórico de desconprimentos;
- aprimore a interface dos dados do Painel de Remuneração, permitindo o download agregado dos contracheques de todos os órgãos;
- adote as medidas necessárias para que os órgãos encaminhem os contracheques dos membros ao CNJ realizando a distinção entre membros ativos e inativos, e que o Painel de Remuneração seja atualizado com essa diferenciação;
- envie esforços para que os órgãos corrijam as rubricas inconsistentes, conforme apontado no segundo relatório de completude, que se configuram no incorreto preenchimento de alguns campos de informação, impossibilitando a identificação dos mesmos e de seus respectivos valores;
- envie esforços para que haja uma padronização de rubricas, considerando a existência de aproximadamente 2,6 mil nomenclaturas distintas verificadas pela Transparência Brasil no segundo relatório de completude, dando seguimento aos trabalhos iniciados no âmbito do Pedido de Providências nº 0000780-37.2018.2.00.0000 e mediante o permanente acompanhamento do cumprimento da Portaria Conjunta GP nº 4/2021.